

Exm. Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento de Território

Deputado José Maria Cardoso

Exms. Srs. e Sras. Deputados,

Na sequência do solicitado e no âmbito do decorrer dos trabalhos da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, onde se debate o aterro de Sobrado, serve o presente documento para elucidar V. Exas. sobre o propósito da Associação Jornada Principal, dando a conhecer, numa abordagem, pese embora, pouco comum, mas, quanto a nós, mais clara, prática e simplista, o problema vivido pelo povo de Sobrado, bem como todo o trabalho desenvolvido por esta Associação.

Presentemente as gentes do nosso Concelho, em especial os Sobradenses, **estão a sofrer um flagelo insuportável**. O problema já se arrasta há anos, mas tem-se intensificado de forma dramática nos últimos anos.

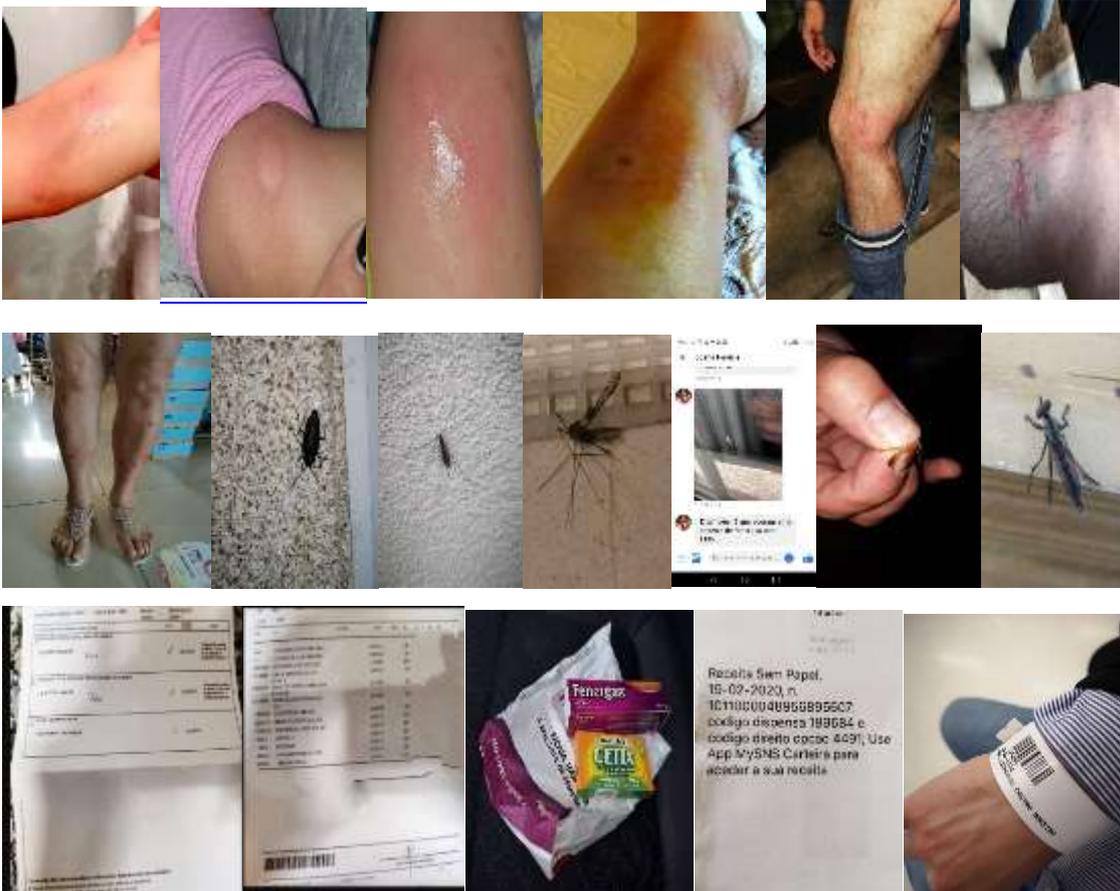
O cheiro repugnante e pestilento que se faz sentir diariamente, na Vila de Sobrado, é insuportável, não permitindo aos habitantes fazer o seu dia a dia de forma dita normal, uma vez que se torna impossível abrir as janelas, usufruir dos espaços exteriores ou fazer vida ao ar livre, sem sentir náuseas.

Há Sobradenses que vivem a poucos metros do aterro, que não podem abrir as janelas de sua casa, sem terem de ver um amontoado de lixo ou sem que os insetos lhe entrem até para a boca. As pragas de baratas são agora uma constante e mesmo estando Sobrado a mais de 25 Km do mar é **visitado diariamente por bandos de gaivotas**, que se alimentam naquela podridão e amontoado de lixo e dali vão debicar alimentos noutros locais, sendo comum verem-se gaivotas mortas ou doentes.

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=2899903446794328&id=2141704715947542¬if_id=1589730565858327¬if_t=page_post_reaction

Para além da poluição atmosférica e do odor nauseabundo, que não sendo visíveis, **não deixam de ser muito perigosos, estamos perante um grande risco contaminação de águas e solos, por consequência da infiltração de lixiviados nos lençóis freáticos, situação agravada pelos vários incêndios ocorridos no aterro** (a registar um enorme incêndio em 2019 e outro o mês passado).

<https://www.jn.pt/local/noticias/porto/valongo/incendio-em-aterro-de-valongo-mobilizou-bombeiros-de-sete-corporacoes-10425419.html>



A causa deste flagelo é o aterro de resíduos industriais, localizado no Lugar do Vilar, em Vale da Cobra, que deposita sem tratamento 300 toneladas de resíduos por dia e ocupa uma área equivalente a mais de doze campos de futebol (dados disponíveis na página da entidade exploradora do aterro – Recivalongo Gestão de Resíduos Lda.)

Para agravar este cenário, acresce dizer que este aterro está a 300 metros da Escola Profissional de Valongo, a 800 metros da Escola Secundária EB 2/3 de Sobrado, a 900 metros da Escola Básica dos Fijós, a 700 metros do Campo de Futebol do Sobrado, a 900 metros do Pavilhão Municipal de Sobrado, a 500 metros da Associação Casa do Bugio, sendo que, as primeiras habitações estão a 250 metros e o centro da Vila (Largo do Passal) a 1300 metros, de salientar que tudo isto já existia quando foi autorizado e construído o aterro, sendo portanto um complexo que foi mal licenciado, não respeitando os pressupostos do artigo 16º do DL 183/2009.

Acresce, ainda, referir que à população foi anunciada apenas com “pompa e circunstância” e grande divulgação nos meios de comunicação social a instalação da empresa Retria, a primeira unidade de gestão e tratamento de resíduos de construção e demolição, um empreendimento que a população viu com bons olhos, atendendo que em nada prejudicaria o seu bem-estar.

A Recivalongo possui mais de 400 tipos de códigos LER, a título de exemplo: amianto, fezes, urina, estrume e carcaças de animais, lamas de ETARs, lamas de fossas sépticas, resíduos provenientes de superfícies comerciais e hospitais (equiparados a urbanos) e, ainda, de acordo com informação da APA, **recebeu até ao passado dia 1 de maio**, resíduos provenientes de Países como Itália e Reino Unido, à semelhança dos designados países de terceiro mundo, também o Estado Português permite a entrada de resíduos em território nacional, **onde a única finalidade é o depósito em aterro sem qualquer tratamento.**

Estas fotografias tiradas pela associação, **no início de 2019**, retratam bem o modo de operação da entidade exploradora, visivelmente, resíduos depositados em aterro sem tratamento, ausência de mobilização de terra vegetal para cobrir, diariamente, os resíduos, o que intensifica os cheiros nauseabundos que a população sente diariamente.





Histórico da Associação e do trabalho desenvolvido

- Desde 2015 que a população de Sobrado se vem a queixar com o agravamento dos odores nauseabundos que invadem a Vila, **em meados de abril de 2019** um grupo de cidadãos interessados em defender a saúde pública, o meio ambiente e o bem-estar da população, **criou a página do Facebook “Unidos Pelo Fim do Aterro no Concelho de Valongo”**, com o propósito **de dar a conhecer o problema** existente na Freguesia, **agregar informação, bem como divulgar iniciativas e conteúdos do interesse da população**, no que concerne à resolução do problema.

- **A 29 de abril o mesmo grupo apresentou-se na Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Campo Sobrado**, invocando o direito de se associarem livremente e se agruparem em torno de interesses comuns, com **objetivos de entre ajuda e cooperação sem qualquer tipo de fim lucrativo**.

O objetivo principal, que mobilizou este grupo de interessados, **foi o encerramento do aterro existente na Vila de Sobrado**, algo que se considera **essencial e imperativo, em prol da qualidade de vida de todos os cidadãos e em defesa do meio ambiente**, não só desta união de Freguesias, como de todo o Município.

- **No dia 20 de maio de 2019, foi constituída legalmente a Associação Jornada Principal (515493724)** mantendo a designação nas redes sociais **“Unidos pelo Fim do Aterro no Concelho de Valongo”**, trata-se de uma **associação cívica, independente, apartidária e sem fins lucrativos**, composta por um conjunto de pessoas, nascidas, criadas e residentes em Sobrado, **com um objetivo comum, proteger e defender os interesses de todos os que aqui vivem e gostariam de continuar a viver**.

- **Nesse mesmo dia, 20 de maio de 2019**, a Associação reuniu-se com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valongo, Dr. José Manuel Ribeiro, **tendo, com agrado, constatado que, efetivamente, a C. M. de Valongo, se vinha a debater, junto das entidades competentes**, com o objetivo da cessação/limitação das licenças OGR (Operadores de Gestão de Resíduos) e da licença ambiental.

Acresce referir que após solicitação, foi-nos dado conhecimento de todas as missivas trocadas entre a Tutela e a Câmara Municipal de Valongo.

De referir que a **Autarquia e a própria Junta de Freguesia** mantêm, desde então, contacto com a Associação e tem pautado a sua colaboração, numa atitude de cooperação de total confiança

e transparência, garantido **uma postura proativa e atenta, em prol da minimização do impacto ambiental de que o Concelho de Valongo é alvo, especialmente a população de sobrado.**

Têm, também, manifestado a sua inteira disponibilidade para **colaborar em prol das ações que visem a defesa da saúde pública, do ambiente e da qualidade de vida da população** da Vila de Sobrado em particular e do concelho de Valongo em geral.

- A 10 de junho de 2019, a Associação promoveu a realização de uma caminhada de protesto, mobilizando mais de 1200 pessoas vestidas de preto, com máscaras e apitos. O povo de Sobrado saiu à Rua pela primeira vez insurgindo-se contra o aterro.

O evento foi notícia nos telejornais de todas os canais de televisão, no dia 10 e no dia 11 de junho. Foi, ainda, amplamente difundido em vários jornais: JN, Verdadeiro Olhar, Jornal Novo Regional, jornal Etc eTal, etc.

<https://www.msn.com/pt-pt/video/rtp/em-protesto-contraterro-em-valongo/vp-AACFVzW>

<http://portocanal.sapo.pt/noticia/187949/>

<https://www.publico.pt/2019/06/10/local/noticia/mil-pessoas-protestaram-aterro-prejudica-saude-valongo-1875968>

<https://www.esquerda.net/artigo/protesto-contraterro-juntou-mais-de-mil-pessoas-em-valongo/61808>

<http://etcetaljornal.pt/j/2019/07/aterro-coloca-sobrado-em-estado-de-alerta-ambiental-maus-cheiros-e-praga-de-insetos-levam-associacao-e-camara-de-valongo-a-defenderem-populacao-afetada-empresa-diz-se-agora-aber/?fbclid=IwAR00U29cOnh8SjWTJh4dXFYTYFqGDiwcrnorc78pawUPv0Lo-45e7qRuw>

De realçar o artigo de opinião do Diretor Adjunto do JN, Pedro Ivo Carvalho (12 junho de 2019)

Opinião

O 10 de Junho em Sobrado



Pedro Ivo Carvalho
12 Junho 2019 às 00:03



Não abriu telejornais. Não motivou discursos grandiloquentes de pensadores de proa. Não deu azo a leituras sociológicas, ideológicas ou de outra índole.

Ninguém ousou deitar o país no divã porque mil cidadãos anónimos de Sobrado, Valongo, saíram à rua num feriado encostado a um fim de semana de sol para protestar contra um aterro sanitário que lhes desgraça os dias há anos. Mas mil cidadãos de uma freguesia onde vivem menos de sete mil pessoas decidiram vestir-se de negro no Dia de Portugal por um interesse comum: mitigar os efeitos ambientais de um depósito que recebe diariamente 300 toneladas de lixo e lhes diminuiu sobremaneira a qualidade de vida. Não foram festejar uma taça nem um campeonato. Foram dar envergadura a um dos preceitos básicos de qualquer democracia robusta: intervir diretamente na escolha do caminho.

Ora, é precisamente nestes movimentos inorgânicos que se fortalece o sentido de pertença que nos distingue e nos completa, é nestas formas de expressar a cidadania que habita a ténue convicção de que não nos rendemos ao irrecuperável divórcio entre eleitores e eleitos. O exemplo de Sobrado é local, mas encerra uma mensagem nacional. A de que não estamos reféns de grandes realizações para fazermos a diferença. Que essa diferença pode e deve começar na nossa rua, no nosso bairro, na nossa freguesia. Na nossa comunidade.

Sempre que um novo 10 de junho se cumpre, vestimos o fato de gala para reveritar sentenças: os portugueses acumulam qualidades ímpares, mas há quistos sistémicos que nos agarram ao fundo. Há quanto tempo é assim? Provavelmente, desde sempre. A democracia participativa, pináculo do civismo e da educação, exerce-se nos pequenos gestos, na força aglutinadora de um grupo que se une na procura de um designio. É dessa aparente simplicidade que se alimenta o caráter de um país.

**Diretor-adjunto*

<https://www.in.pt/opinio/pedro-ivo-carvalho/o-10-de-junho-em-sobrado-11001380.html>

Nada melhor para definir a **força e a vontade da população** do Concelho de Valongo, que **tem estado integralmente ao lado da Associação, apoiando e participando nas mais variadas iniciativas**, como facilmente se pode comprovar numa consulta à página do Facebook e pelas imagens anexas a esta carta.



- **Nessa altura** foi, também, criada e divulgada uma **Petição Pública, onde se pede o encerramento do aterro**. Esta petição que conta, à data, com cerca de **5000 assinaturas (2891 online e as restantes em papel)** e será apresentada, em breve, na **Assembleia da República**.

<https://www.facebook.com/2141704715947542/photos/a.2143261432458537/2229331597184853/?type=3&theater>

- **A 19 de junho**, a Associação preocupada com os relatos e imagens, **enviadas pela população**, sobre o **aumento do número de pessoas picadas por mosquitos**, e tratando-se de um problema

de Saúde Pública, envia email à Delegada de Saúde Regional Norte, Dra. Maria Neto a solicitar uma **averiguação do motivo destes incidentes, no mínimo peculiares**, defendendo e promovendo a saúde pública das populações que são obrigadas a conviver de perto com este flagelo. **A 3 de julho, e após várias insistências** (inclusive email para a Sr^a Ministra da Saúde) a Associação recebe, então, resposta da Delegada de Saúde da ACES Maia – Valongo que **simplesmente reencaminha o problema para a CCDR-n** (entidade que emitiu a licença válida até 31-12-2021), sendo desconhecido, até à presente data, que “*medidas de vigilância epidemiológica*”, “*adequadas*” (referidas na carta infra) foram implementadas e que exame/controlado foi efetuado à população do Concelho.



- A Associação tem sido, também, presença assídua nas **assembleias da Junta e nas Assembleias Municipais, sensibilizando os grupos partidários** para o flagelo que a população de Sobrado vive, tendo, inclusive, solicitado, **a 25 de junho de 2019**, através de e-mail dirigido ao Exm. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valongo, para que seja deliberado um processo de revisão **do PDM local, impedindo, desta forma, a expansão do aterro no lugar do Vale da Cobra.**

“O regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos d Gestão Territorial (IGT) encontra-se definido no novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado no Decreto Lei 80/2015, de 14 de maio. De acordo com o nº 1 do artigo 115º do RJIGT os planos territoriais, entre os quais o PDM, podem ser objeto de alteração.”

Segundo o nº 2, a alteração incide sobre o normativo e/ou parte da respetiva área de intervenção e decorre, entre outras situações, da evolução das condições ambientais, económicas sociais e culturais subjacentes e que fundamentam as opções definidas no plano. Consequentemente, o artigo 118º estabelece que os planos municipais são alterados em função da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais subjacentes, ou, sempre que essa alteração seja necessária, em resultado da entrada em vigor de novas leis ou regulamentos



A Associação Jornada Principal, congratula-se pelo interesse e pela posição digna, louvável e solidária, de todas as forças políticas, sem exceção, demonstrando estar ao lado dos Sobradenses e assumindo o compromisso de dar as mãos, em prol de um desejo comum de acabar com este flagelo e devolver aos Sobradenses a qualidade de vida que tinham e que merecem. Nenhum interesse económico deve sobrepor-se aos interesses da população.

- De forma a fazer-se ouvir, a Associação e o povo de Sobrado, tem comparecido em eventos de mediatismo nacional, aquando as visitas do Sr. Ministro do Ambiente, aos Concelhos da área metropolitana do Porto, na passagem da volta a Portugal em bicicleta, onde foi aproveitado o evento para, uma vez mais, demonstrar a vontade da população (foram colocadas faixas pretas ao longo do percurso, distribuídas t-shirts e bandeirolas pretas para acenar à passagem dos ciclistas). Ou seja, a população tem aproveitado todas as oportunidades para dar a conhecer o calvário em que vive e dizer “Não ao aterro!”.



- Acreditando na importância, das entidades responsáveis, terem conhecimento das queixas deste povo, assim, desde a sua constituição, a Associação, levou a cabo várias ações de sensibilização, **pedindo a participação ativa da população, nas denúncias e nos relatos de incidentes, relacionados com o aterro.**

Estas campanhas foram feitas, através da página do Facebook, através da colocação de lonas pretas, dispersas por todo o Concelho, com a frase **“Sobrado diz não ao Aterro!”** e foram, também, distribuídos panfletos, porta a porta, com a informação da linha SOS ambiente.



- No dia 20 de setembro de 2019, a Associação promoveu, também, uma sessão de esclarecimento pública, com o tema “**Aterro em Sobrado, qual o Impacto?**”, tendo como convidados, especialistas da área ambiental (Professor António Guerner Dias, Enga Gisela Martins, Dr. João Jesus).



- Desde **outubro de 2019**, a Associação dinamizou **sessões** de esclarecimento em várias escolas do agrupamento e na **Escola profissional de Valongo**, com o intuito de **debater e sensibilizar os alunos**, sobre as **temáticas do ambiente, reciclagem**, abordando, também, o **impacto e consequências do aterro de Sobrado**, no seio da população.



Devido à proximidade do aterro às casas e às escolas, em janeiro de 2020, pelos piores motivos, Portugal, e o aterro de Sobrado em particular, foi notícia internacional no New York Times,

tendo aberto os noticiários de alguns países, como por **exemplo a Polónia**. A notícia abordava, também, a importação de resíduos feita por Portugal, tendo alguns meios de comunicação social apelidado Portugal como o “caixote de lixo da Europa” ou o “paraíso dos resíduos”.



https://tvi.iol.pt/programa/ana-leal/5bec51560cf26bfdcaedf1f9/videos/--/--/video/5e29f7100cf207193068f481?fbclid=IwAR2W22cX3HtaQvTk9KTgEmZIs6hsuqhGT9ymISmB6Whc_mu4GkW6PwbKQEQ

https://verdadeiroolhar.pt/2020/01/15/maus-cheiros-no-aterro-sobrado-sao-noticia-internacional/?fbclid=IwAR3JZ44fAw5LMOE-S1M_IJHf3dfTyiAukvL3ewqheHEne-Swm-Gkebe8eA

https://www.jn.pt/local/noticias/porto/valongo/maus-cheiros-no-aterro-de-valongo-sao-noticia-internacional-11714100.html?fbclid=IwAR1lI8307IHirYIVFI9Ee29scRIH9JGA_bhMbhnyqlipqjisbEecVeuy78o

https://www.youtube.com/watch?v=4EyMCEXEvVY&feature=youtu.be&fbclid=IwAR2etD1L_rv_e0FMnc0cw2GV91deWO1o9Q0EW5aNSzLHWZqM7H2afA6D_zVo

https://www.facebook.com/jornalovo2/videos/634959363743339/UzpfSTixNDE3MDQ3MTU5NDc1ND_I6MjY3OTg1MDE2MjEzMjk5Mg/

Em meados de 2019, a entidade Recivalongo efetuou um pedido de descargas de águas lixiviadas na Ribeira do Vilar, tendo a tutela ponderado atribuir a licença de descarga mediante investimento da entidade num sistema de tratamento de osmose inversa a três fases.

Compete aqui, contudo, esclarecer que a **Ribeira do Vilar é uma ribeira de caudal intermitente, estando grandes períodos do ano sem caudal**. A Associação Jornada Principal teve conhecimento que deste pedido, através de email da Eng.ª Lara Carvalho (ARH-Norte), tendo denunciado este iminente crime ambiental, juntamente com o Município de Valongo, em finais de fevereiro de 2020.

A empresa Recivalongo apresentou um pedido de licença de descarga de águas residuais em linha de água, ribeira de Vilar, o qual se encontra em apreciação, tendo sido solicitados elementos adicionais.

Acresce informar que, no seguimento da denúncia rececionada acerca do alegado mau funcionamento do aterro da Recivalongo, com as conseqüentes implicações para o meio ambiente, nomeadamente para os recursos hídricos, foi efetuada uma visita de fiscalização à instalação em causa, não se tendo verificado qualquer descarga nos recursos hídricos, uma vez que estão a proceder à recirculação do lixiviado da ETAL para a área de deposição, e a assegurar o encaminhamento do efluente por camiões cisterna para ETAR externas.

Com os melhores cumprimentos,

Lara Carvalho

Chefe de Divisão

Divisão dos Recursos Hídricos Interiores

Administração da Região Hidrográfica do Norte

https://www.noticiasominuto.com/pais/1420071/camara-de-valongo-denuncia-descarga-ilegal-de-lixiviado-em-ribeira?utm_medium=social&fbclid=IwAROT5X0JUwSCZ2iWZ2NlpsEDGIjh5a-HpxLIIUgODJhVuTprVYqnShydHPw

https://tvi24.iol.pt/videos/sociedade/moradores-de-valongo-dizem-que-vivem-dentro-de-uma-lixreira/5e53c9170cf2c472ec72ab80?fbclid=IwAR2JuqC-3duwD4ZMVjnF8rbcwvJez9gWWgDMTUGkq_NOU8do_DalTcnJf1U

No final de 2019 foi constituída uma Comissão de Acompanhamento (CA) com o intuito de acompanhar a laboração da Recivalongo e supostamente averiguar e dar resposta às inúmeras

queixas da população. Acontece que a criação desta CA em **nada ajudou a população de Sobrado**.

A Comissão serviu, apenas, para transmitir à Recivalongo “*que devem cumprir o que a legislação já obriga*”, deixando transparecer uma falsa ideia de licitude.

Senão vejamos, esta comissão tem conhecimento que a **Recivalongo não tem condições para receber amianto**, contudo, em momento algum, e em nenhum dos relatórios é mencionado este incumprimento, o que nos leva a questionar - Onde está a transparência e o rigor técnico desta CA?

Só assim se compreende o motivo da **Tutela não ter aceite na CA um elemento da Associação e um professor universitário**, ambos especialistas em resíduos.

A Associação denunciou várias vezes esta situação à Tutela, mas, até hoje, o Sr. Ministro do Ambiente não respondeu às diversas questões colocadas pela Associação, assim, como não respondeu ao pedido de reunião, feito pela Associação.

De salientar que a CA foi de “curta duração” uma vez que foi **criada no final do ano** e teve as conclusões dos trabalhos e o relatório final em **fevereiro de 2020**, não havendo referência à continuação dos trabalhos, o que nos leva a pensar que serviu apenas para “*tapar o sol com a peneira*”, musculando a atividade da empresa e os seus incumprimentos.

Por iniciativa própria e porque são as crianças os que mais sofrem com este flagelo, as escolas do Agrupamento de Valongo, têm levado a cabo diversas iniciativas, manifestando-se contra o aterro de Sobrado. Para além de terem colocado **lonas nos recreios de algumas escolas**, realizaram, também, **peças de teatro e exposições alusivas** ao aterro.

Chamamos, contudo, a atenção para duas dessas iniciativas com grande expressividade e que foram notícia nos meios de comunicação social.



No cortejo de Carnaval, centenas de **alunos, professores, auxiliares, encarregados de educação e população em geral**, vestiram-se de preto e saíram à rua com máscaras e cartazes, onde se podia ler frases de protesto e sensibilização. **Reiteramos que a Associação apenas acompanhou estas iniciativas, que foram da inteira vontade, dos alunos, pais e professores.**

<https://tvi24.iol.pt/videos/sociedade/cheira-muito-mal-de-manha-criancas-de-valongo-desfilam-contra-o-aterro/5e4fc59e0cf2c472ec729d5d>

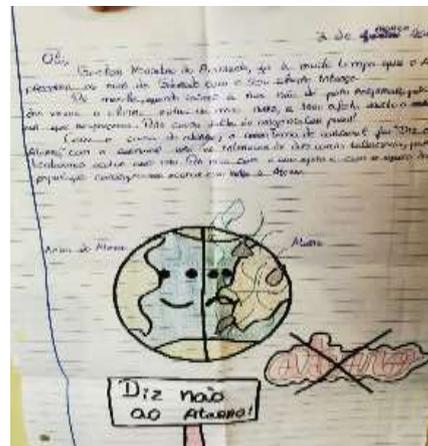
<https://tvi24.iol.pt/videos/alunos-em-valongo-aproveitam-desfile-de-carnaval-para-protestar-contra-aterro/5e4fe4f30cf207193069895f>



Numa outra iniciativa, **mais de mil alunos** escreveram ao Sr. **Ministro do Ambiente**, demonstrando o seu desagrado por viverem paredes meias com um aterro e por sofrerem diariamente com os odores nauseabundos.

A pandemia do covid-19 obrigou ao adiamento do envio da maioria dessas cartas, **tendo sido remetidas, no passado dia 15 de maio, 600 cartas**, endereçadas ao Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes.

Estando em causa um aterro **que se situa a poucos metros de várias escolas**, espera-se que o Sr. Ministro **leia atentamente cada um destes testemunhos, responda e que atenda aos pedidos ali expressos, fechando o aterro de Sobrado, para que estas crianças e jovens possam respirar ar puro e saudável.**



A Associação e os moradores de Sobrado têm remetido inúmeras queixas para os organismos competentes, nomeadamente, linha **SOS AMBIENTE, APA, SEPNA, CCDR, IGAMAOT**, sendo que até à data as respostas são poucas e inócuas ou baseadas em relatórios onde nunca se entrevê preocupação com o flagelo vivido pela população.

Para melhor compreensão da insistência da Associação, para obter respostas cabais e concretas, por parte das entidades responsáveis, transcrevemos o email que a associação enviou para a **Direção do SEPNA de 23-01-2020**, reprovando a e questionado o posicionamento claro deste organismo de proteção à Recivalongo.

“Exmos. Srs.

Agradecemos a v/ resposta, mesmo que muito tardia, **mais de 3 meses e meio desde o envio da n/ denúncia.**

Da apreciação da mesma surgem, contudo, diversas questões que gostaríamos de ver respondidas.

Assim, de forma a sistematizar e a simplificar, passamos a citar a v/ resposta e a enumerar as questões que se levantam:

1. "...o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA/GNR) através do Núcleo de Proteção Ambiental do Destacamento Territorial de Santo Tirso, deslocou-se ao local visado e após diversas diligências realizadas, verificou que as empresas...são detentoras de toda a documentação."

- Em que consistiram as "diversas diligências realizadas"? Neste lapso temporal (3,5 meses) quantas vezes se deslocaram ao "local visado" para averiguações?

Impõe-se, ainda, perceber o que entendem V. Exas. por "diligências", uma vez que não é claro, em parte alguma do v/ ofício, os procedimentos realizados.

Assim como se torna essencial referir que os ofícios que remetem os relatórios, elaborados na sequência dessas **deslocações, têm datas anteriores à própria denúncia**, o que a não ser um lapso, é muito grave "ofícios n.º 120/19 e 181/19, em 31 de maio de 2019 e em 21 de agosto de 2019." Curioso, ainda, é que na resposta aos cidadãos de Sobrado, independentemente do mês em que foi feita a queixa (maio a dezembro) são referidos **sempre e apenas estes dois ofícios**. O que nos leva a crer que, neste tempo todo, **foram efetuadas apenas duas "fiscalizações" uma em maio e outra em agosto**.

- Que tipo de verificação foi efetuada? E por quem?

- Por Técnicos habilitados na área, para proceder à averiguação de possíveis incorreções?

- Que tipo de "resíduos" é ali enterrado?

- De onde chegam esses "resíduos"?

- De que zonas de Portugal?

- De que países?

- Foram colhidas várias amostragens?

- Foram feitas análises ao ar? Em que dias? Quantas vezes?

- É ali enterrado amianto, contudo, sendo um aterro de resíduos não perigosos tal está dentro do que consideram legal?

- Estão a ser cumpridas as normas para a sua deposição em aterro? Se estão, então porque é que existem filmagens de placas de amianto a serem quebradas com uma pá a céu aberto?

- Não há misturas de amianto com "resíduos" biodegradáveis?

- E se não existem "resíduos" degradáveis, porque se vêem diariamente bandos de gaivotas? Será que com a poluição dos mares já se alimentam de plásticos e outros materiais inertes?

2. "Foi possível apurar que os eventuais e pontuais odores, resultam devido à existência no aterro de uma quantidade de águas residuais, não tendo sido detetada qualquer rejeição/escorrência para fora dos limites do aterro."

Deste excerto, o que mais nos surpreende é o facto de V. Exas., concluírem, que os maus cheiros são "**eventuais**", quando existem centenas, senão milhares de queixas, e quando os meios de comunicação social ventilam, todos os meses, informação que prova o quanto a população de Sobrado se tem debatido com este assunto, tendo, inclusive, mais de 1200 pessoas saído à Rua, no passado dia 10 de junho, numa caminhada de protesto.

- Quantas queixas têm esse Serviço registado da zona de Sobrado, apenas este ano?

Não desrespeitem, nem diminuam, o sofrimento mostrado por este povo que em nada beneficia por ter um aterro plantado no seu seio, a escassos metros das escolas, do complexo desportivo e das habitações.

3. "eventuais e pontuais odores resultam devido à existência no aterro de uma quantidade de águas residuais"?

- Águas residuais? Onde? Em que local estão essas "águas residuais"?

- De que "quantidade" se trata?

- São as águas da Etal?

- A Etal tem capacidade para tratar a quantidade de lixiviado produzido?

- Não existe "rejeição/escorrência" deduzimos que esta constatação foi feita a olho nu, mas, podem V. Exas garantir que não existe infiltrações para o solo? E que por sua vez não existe contaminação da água?

- Como devem saber, aquele aterro já ardeu por diversas vezes, ora, como podem garantir que as telas não foram danificadas? Por si só, o facto de um aterro arder coloca em questão o que ali é enterrado? Um aterro não é uma lixeira ou não devia ser, logo, não devia tão pouco arder, ou ser visitado por bandos de gaivotas, o que acontece diariamente.

Questionamos, ainda, em que se baseiam V. Exas. para concluir que os odores **são "pontuais"**?

- Quantas visitas foram efetuadas ao aterro? Pelos relatórios apresentados, apenas duas vezes e em datas anteriores às denúncias.

- Quantos dias visitaram a localidade de Sobrado?

- Quantos registos fizeram?

- Interrogaram os habitantes? Interrogaram os alunos das escolas?

- Para além de verificar a "documentação" fizeram perguntas aos verdadeiros lesados, aos Sobradenses?

- Não sentiram odores nauseabundos e vômitos?

- A visita foi efetuada sem aviso prévio?

Exmos. Srs. o que sentimos **diariamente** é horrível e impede-nos de viver, impede-nos do simples ato de sair à rua e respirar ar puro (sem sentir náuseas), impede-nos de desfrutar da vida ao ar livre. Aliás, chegamos ao ponto de nem sequer conseguirmos abrir as janelas das nossas casas, uma vez que o cheiro entra e fica em casa, entranhando-se em tudo, até nas roupas, que estão nos estendais, e nos nossos carros. E não, Exmos., Senhores, infelizmente, os odores não acontecem "pontualmente". **A vivência com este horror, é diária, semana após semana!**

Em Sobrado não existe semana, nem fim de semana, no que toca a sentir os odores, nem sequer existiu Natal e Passagem de ano, pois até nestas datas, fomos brindados com um cheiro insuportável, que provocava vômitos, irritações na garganta, ao ponto de causar mau estar físico. Sobrado cheira a podridão, misturado com químicos, Sobrado cheira a Gás. Prova disso, como se um povo precisasse de provar o horror que todos conhecem, são as inúmeras queixas feitas ao longos destes últimos meses, até aos domingos e durante as festas e os apelos feitos nas redes sociais, na página do Facebook desta Associação "Unidos pelo Fim do Aterro no Concelho de Valongo".

4. "...verificou que as empresas RECIVALONGO Gestão de Resíduos, Lda. e RETRIA são detentoras de toda a documentação."

Exmos. Srs., se esta Associação tivesse dúvidas sobre a legalidade, à primeira vista e quanto a documentação, dessas empresas, não teria, com toda a certeza, recorrido a esses Serviços. Teria sim, pedido uma auditoria às entidades responsáveis por essa matéria.

Não é esse o objetivo da população, auditar documentos, assim como também não existe outro interesse que não seja o bem-estar deste povo que não pode respirar, sem sentir vômitos, que não consegue desfrutar da qualidade do ar que em tempos Sobrado tinha. Veja-se que, ninguém, mas ninguém mesmo, se desgasta e se move, sem interesse, se não for realmente vítima. E sim, Exmos. Senhores., nós somos vítimas de um atentado ambiental, de um atentado à nossa qualidade de vida!

Dizem, ainda, V. Exas. que as empresas são detentoras de toda a documentação, coisa que nunca colocamos em dúvida, contudo ocorre-nos perguntar, se isso é sinónimo **de legitimidade e de legalidade, ou seja, se tivermos licença de uso e porte de arma, podemos disparar e ferir, ou eventualmente, matar alguém?**

Não está aqui em causa a legalidade das instalações, das empresas, ou dos 400 tipos de licenças (Códigos LER) de que são detentores. É óbvio que "alguém" autorizou e "alguém" licenciou. **Mas o que aqui está em causa, é se essas empresas estão a cumprir, realmente, todas as regras (tratamento e manuseamento do lixo, por exemplo) para a prática desta atividade, se estão a adotar medidas técnicas (colocação de telas, colocação de terra vegetal por cima dos resíduos, por exemplo) que diminuam o impacto que esta atividade tem junto da população, se estão, realmente, a receber, e apenas, os "lixos, para os quais estão habilitados? Estarão de facto, a receber apenas o lixo para os quais estão habilitados? Será que estão a enterrar o amianto, devidamente acondicionado? Sendo certo, que a esta última, nós podemos desde já garantir que não. Talvez numa lógica de aproveitamento de espaço, não sabemos é certo, a referida empresa antes de enterrar o amianto, e apesar do mesmo chegar devidamente acondicionado, com a ajuda de uma máquina, partem o mesmo, lançando para a atmosfera, as partículas perigosas que a todos tanto assustam, e que estão associadas a doenças, como o cancro no pulmão. Será que estão os lixiviados a serem tratados? Se sim, de que forma? Para onde estará a empresa a fazer as descargas? Estarão devidamente licenciados, para o fazer? SÃO ESTAS AS QUESTÕES QUE SE IMPÕE E QUE QUEREMOS VER RESPONDIDAS.**

E outra questão que se coloca é, como é que nos garantem que, para além da documentação, são cumpridas todas as normas que se impõem num aterro com estas dimensões? Estarão V. Exas., capazes e munidos de poder para nos garantirem que está tudo dentro da legalidade?

5. "Neste contexto e no âmbito das suas competências, o SEPNA elaborou dois Relatórios, remetidos através dos ofícios n.º 120/19 e 181/19, em 31 de maio de 2019 e em 21 de agosto de 2019, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, com conhecimento à Agência Portuguesa do Ambiente para os fins tidos por convenientes."

- Como e onde podemos consultar esses relatórios?

- Não deviam ter sido enviados em anexo a esta resposta, para um cabal esclarecimento?

- O que entendem por "fins tidos por convenientes"? É que dizer isso é igual a nada dizerem.

Será que vamos continuar no jogo do empurra, tão conhecido neste País?

É habitual ligarmos para a linha SOS ambiente e responderem que nada podem fazer, senão verificar papelada. Mas, se a denúncia é feita para esse Serviço, e se a esse Serviço compete a averiguar a veracidade de tais denúncias e elaborar os respetivos relatórios, qual a participação/competência da CCDR e da APA para intervir, se a conclusão dos relatórios elaborados, na sequência de centenas de queixas, se resume apenas à constatação que as empresas são detentoras de todas a documentação e no que concerne ao funcionamento as conclusões cabem apenas num parágrafo "Foi possível apurar que os eventuais pontuais odores, resultam devido à existência de águas residuais, não tendo sido detetada qualquer rejeição/escorrência para fora dos limites do aterro"?

Exmos. Srs., nenhum ser humano merece viver assim, nenhum ser humano tem qualidade de vida, a viver em Sobrado. O cheiro é de tal forma intenso que fica na garganta, causando ardor, causa vômitos e mau estar físico. As nossas crianças estão a metros de um local onde se enterra amianto, a possibilidade de contaminação das nossas águas é real!

- Como podem garantir que as nossas águas e o ar que respiramos não estão contaminados?

- Como podem garantir que os alunos que estão nas escolas, a alguns metros do aterro, não respiram as partículas de amianto que são quebradas, com uma pá aos olhos de todos?

- Como podem garantir que não temos doenças, por estar tão perto daquele maldito lugar?

O que se passa Sobrado é, sem sombra de dúvida, um atentado aos direitos humanos, um atentado ao ambiente e um atentado à saúde pública.

E é de lamentar que o Serviço que, supostamente, protege a Natureza e o Ambiente, elabore relatórios tão básicos e vazios de conteúdo. É de lamentar que todos as entidades e políticos responsáveis pela área do ambiente, se limitem a empurrar o assunto, pelo tempo que for possível, de forma a protelar ações e intervenções que são, efetivamente, necessárias!

Quanto tempo mais terão os Sobradenses que suportar este inferno?

E se existirem dúvidas, convidamos os Exmos. Srs. ou os nossos representantes políticos a comprar casa em Sobrado, a viver em Sobrado e a deixar os seus filhos frequentarem as escolas de Sobrado.

Por fim, e atento o supra exposto, e as questões aqui colocadas, ficamos a aguardar uma resposta por parte de V. Exas.

A Associação Jornada Principal"

Como é aqui referido, esta empresa mistura diariamente resíduos de amianto (resíduos considerados perigosos) com resíduos não perigosos (sem existir uma célula independente, em total incumprimento legal com o disposto no artigo 34.º do DL 183/2009), acumula, ainda, 12 registos de incumprimentos no coletor da Be Water, na qual resultaram 2 processos de contraordenação, tem milhares de pneus a servir de proteção das telas geotêxteis que possibilitam a proliferação diária de milhares de mosquitos, a mobilização de terras é praticamente nula, só o fazem quando têm conhecimento que serão visitados pela CCDR-n/ APA (visitas que são previamente agendadas), caso contrário, e como já é habitual, não o fazem, efetuam a recirculação do lixiviado com a exposição do efluente ao meio ambiente com a intenção de o evaporar, reduzindo desta forma o volume do lixiviado.

Em plena situação de Pandemia mundial do vírus covid-19, a Associação demonstrou a sua preocupação à Delegada de Saúde da ACES Maia-Valongo sobre os resíduos importados de outros países que continuavam dia após dia a chegar a Sobrado de países como a Itália. Remetemos, também, vários pedidos para a tutela para suspender os resíduos importados durante o período de pandemia, ambos foram ignorados pelo senhor Ministro do Ambiente.

Para agravar a situação a Tutela, a 31 de Março de 2020, emitiu medidas que isentam o preenchimento das e-GAR (Guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos), o alargamento do horário de laboração dos OGR, entre outras, desvalorizando a receção de resíduos importados, como um possível foco de contágio do vírus. A questão que esta Associação coloca é a seguinte, “Se os resíduos importados, têm como única finalidade o aterro e não sendo um bem essencial para os Portugueses, porque motivo o Dr. Ministro do Ambiente não interditou a entrada destes mesmo resíduos, durante o estado de emergência?”

Ministro do Ambiente e Ação Climática emite despacho sobre a gestão de resíduos no período de Estado de Emergência

O Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, assinou hoje, terça-feira, 31 de março, um despacho tendo em vista a mais correta e segura gestão de resíduos durante o período em que durar o Estado de Emergência em Portugal em consequência da pandemia provocada pelo COVID 19.

A fim de proteger a saúde pública e a segurança dos trabalhadores do setor, o referido despacho determina que:

- Seja dispensado o pagamento da Taxa de Gestão de Resíduos para as quantidades de resíduos urbanos adicionais encaminhadas para destino final;
- Seja suspensa a obrigação de pré-tratamento dos resíduos urbanos que se destinam a aterro;
- Agilizar a partilha de infraestruturas entre entidades gestoras de resíduos urbanos, com o objetivo de dar aos resíduos um destino mais adequado, como seja a incineração;
- **Dispensar de emissão de guias de transporte** de resíduos oriundos de produtores não inscritos e de setores prioritário (p.ex. hospitais de campanha);
- **Permitir a extensão dos horários de funcionamento e** o aumento da capacidade de armazenagem dos operadores de gestão de resíduos urbanos e hospitalares;

Lisboa, 31 de março de 2020

Em pleno estado de emergência, quando os Portugueses e os Sobradenses foram obrigados a estar em isolamento, a entidade Recivalongo deixou a descoberto os resíduos durante o fim de semana, originando fortes odores e a presença de centenas de gaivotas em Sobrado.

A associação denunciou este incumprimento à Tutela, anexando um vídeo que comprova a denuncia, mas, mais uma vez, não obtivemos nenhuma resposta.

O princípio basilar que mobiliza esta associação é o **Encerramento do Aterro** existente em Sobrado, o que se considera **essencial e imperativo, em prol da qualidade de vida de todos os cidadãos, não só desta freguesia como do Concelho de Valongo e em defesa da sua Saúde e do Meio Ambiente.**

A Associação representa a população do Concelho de Valongo e em especial os Sobradenses, pelo que, repudia o posicionamento da empresa Recivalongo ao tentar acusar a Associação de “alarmismo” e “populismo”, tentando passar a imagem de que a população não se insurge contra a continuação do aterro e que a Associação foi constituída para defender outros interesses, que não os interesses dos Sobradenses.

A prova de que a população está ao lado da Associação e cansada de sofrer, foi a adesão dos Sobradenses, à última iniciativa, levada a cabo esta semana.

Foram afixadas nas Ruas, nas janelas e nas varandas, telas com uma frase **de desespero e súplica** dirigida ao Sr. Ministro do Ambiente.

Sr. Ministro Sobrado quer respirar

Fim do Aterro!



É iminente o risco para a população deste Concelho, em especial para os Sobradenses que devido a este “Aterro de Resíduos Industriais” se **veem privados de ter uma vida normal, com o que é mais básico e essencial para o ser humano “respirar ar puro e saudável”, estando, ainda, comprometida a sua sustentabilidade agrícola e económica.**

Em pleno **Século XXI** e **quando se debate todo o tipo de questões ligadas ao ambiente e ao direito à Saúde Pública**, podemos, infelizmente, afirmar que o **povo de Sobrado não tem qualidade de ar, de ambiente, nem de vida!**

Agradecemos a oportunidade, de junto de V. Exas., mostrar o sofrimento vivido por este povo e de dar a conhecer a luta que esta Associação tem vindo a travar para que os seus intentos sejam ouvidos, estando inteiramente ao dispor para colaborar em tudo o que julguem necessário.

Rogamos a V. Exas. para que nos ajudem a corrigir os erros, que outrora cometeram, ao autorizar e licenciar um aterro tão próximo do complexo escolar, desportivo e das habitações. Nenhum ser humano merece viver assim!

Respeitosamente,

A Associação Jornada Principal – Voz e rosto de todos os Sobradenses.